FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado em 13/04/2023 - 05:59

Plataformas que permitam incitar ataques serão multadas

Governo prevê multa de até R$ 12 mi e pedido de suspensão de redes sociais

Bloqueio só poderá ser feito caso a plataforma não tome medidas para conter apologia a ataques

Raquel Lopes e Fabio Serapião

BRASÍLIA Novas regras publicadas pelo governo federal na noite desta quarta-feira (12) definem que redes sociais que não tomarem medidas para combater conteúdos que fazem apologia de violência e ameaças de ataques em escolas podem ter suas atividades suspensas no Brasil.

A portaria do Ministério da Justiça prevê ainda multas de até R$ 12 milhões para as plataformas que não seguirem a nova regulamentação sobre o tema. Além disso, a Polícia Federal destacou um grupo de policiais para identificar e pedir a suspensão de perfis que produzem ou compartilham esse tipo de conteúdo.

As iniciativas foram tomadas após uma série de ataques em escolas pelo país. O governo vê nas redes sociais um terreno fértil para a proliferação desses eventos e quer obrigar as plataformas a tomarem medidas para prevenir a circulação de conteúdo violento.

Na PF, o trabalho conjunto entre as diretorias de Inteligência e Crimes Cibernéticos deve abrir investigações e colocar na rua operações para conter o número de ataques.

Nesta quarta-feira (12), por exemplo, a PF no Mato Grosso do Sul fez uma operação após descobrir indícios de ações que estariam sendo organizadas por um grupo de jovens. Os policiais identificaram os envolvidos, que alegaram se tratar de um trote e não de plano concreto.

O trabalho conjunto das diretorias também vai servir de base para apurações que devem ser conduzidas pelo setor de combate a crimes de ódio, que fica na Coordenadoria-Geral de Direitos Humanos da PF.

Duas redes têm preocupado os investigadores: o Twitter e o Telegram.

Envolvidos nas discussões relatam à **Folha** que, dentro do Ministério da Justiça, um pedido para suspensão do Twitter, como já ocorreu com o Telegram nas investigações de atos antidemocráticos, já é cogitado caso as plataformas não cumpram os pedidos da PF. A solicitação para tirar a rede social do ar seria feita à Justiça, que analisaria o pedido.

Em entrevista nesta quarta-feira (12), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que essa seria a última sanção caso as plataformas não cumpram as normas.

"Nós vamos notificar para tirar o conteúdo imediatamente, imediatamente mesmo, e vamos adotar o mesmo parâmetro do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] de duas horas. Não havendo o cumprimento, multa e até o limite da suspensão da atividade da empresa", disse.

A posição do Twitter causou mal-estar em uma reunião promovida pelo Ministério da Justiça na segunda-feira (10) com representantes das redes sociais. O caso foi noticiado pelo G1 e confirmado pela **Folha**.

A plataforma se negou inicialmente a tirar do ar conteúdo de perfis identificados pelo ministério que fazem apologia da violência nas escolas sob o argumento de que o termo de uso da plataforma permite a divulgação do material.

Na reunião com YouTube, Meta, Twitter, Kwai, TikTok, WhatsApp e Google, o governo pediu o combate de maneira mais eficiente dos perfis que fazem apologia da violência ou ameaça às escolas.

Nesta quarta (12), houve nova reunião com o Twitter. No encontro, a plataforma disse que atendeu a todas as 546 solicitações da pasta e derrubou as contas que faziam apologia de violência e ameaças às escolas.

"Eles mostraram disposição de fazer a moderação de conteúdos que façam apologia a perfis criminosos, perpetradores de massacres. Mostraram as medidas que passaram a tomar, um protocolo de crise e uma abertura maior para essa comunicação e ação", disse Estela Aranha, coordenadora de Direito Digital do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Antes de o Twitter fazer esse recuo, o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo cobrou da plataforma as medidas tomadas para moderar publicações que possam configurar incitação à violência e atentados em escolas.

Foi solicitado pelo MPF que a rede social informe, primeiro, quais perfis e conteúdos foram apontados pelo Ministério da Justiça como de necessária moderação, por conterem palavras-chave sobre ataques a escolas.

A Procuradoria ainda requisitou informações sobre "outras providências adotadas, nesse período, em termos de moderação de conteúdos relacionados a ameaças de ataques a escolas". Por último, pediu que a plataforma explique se tem planos de elaborar protocolos no médio prazo sobre "moderação de conteúdo em contextos emergenciais".

A requisição do Ministério Público faz parte de uma série de ações tomadas por autoridades na esteira de atentados contra escolas no país. Na quarta (5), um homem invadiu uma creche em Blumenau (SC) e matou quatro crianças.

A reportagem tentou contato com o Twitter na terça-feira (11), mas recebeu como resposta apenas um email com um emoji de cocô.

A rede social de textos curtos tem sofrido mudanças desde que o bilionário Elon Musk a comprou, em outubro de 2022. Também dono da empresa aeroespacial SpaceX e da fabricante de carros elétricos Tesla, ele reduziu a força de trabalho do Twitter de 7.500 para menos de 2.000 funcionários, recorrendo a sucessivas ondas de demissões.

> **"** Nós vamos notificar para tirar o conteúdo imediatamente, imediatamente mesmo, e vamos adotar o mesmo parâmetro do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] de duas horas. Não havendo o cumprimento, multa e até o limite da suspensão da atividade da empresa
>
> **Flávio Dino**
> ministro da Justiça e Segurança Pública

Além disso, Musk foi criticado por mudanças no funcionamento da plataforma, como passar a cobrar pelo selo de verificado e a cobrar de pesquisadores pelo acesso a dados, e por políticas que permitem a manutenção de conteúdos com apologia da violência. O empresário se declara um "absolutista da liberdade de expressão".

Essa é a iniciativa mais dura das autoridades contra as redes sociais desde março do ano passado, quando o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que os provedores de internet bloqueassem o funcionamento do Telegram em todo o Brasil.

Na decisão, Moraes salientou reiteradas vezes a "omissão" do Telegram em fazer cessar a divulgação de notícias fraudulentas e a prática de infrações penais, como publicações do presidente Jair Bolsonaro (PL) com informações falsas sobre as urnas eletrônicas. Dois dias depois, o magistrado liberou o funcionamento após a empresa cumprir determinações.

Para Patricia Peck, advogada especialista em direito digital, a ação contra o Telegram mostra que esse tipo de bloqueio já aconteceu no Brasil e está previsto no Marco Civil da internet. "Entendo que é uma medida extrema mas legítima, necessária quando não há outra alternativa".

Já o também advogado Ronaldo Lemos, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade e colunista da **Folha**, considera que a medida mais impactante contra as plataformas seria a aplicação de multas. "As circunstâncias para remoção de uma rede inteira são muito específicas e raras", afirmou.

Colaborou Bruno Lucca, de São Paulo

Leia mais na pág. B2

Polícias apreendem adolescentes por ameaça e bomba junina

SALVADOR, RIBEIRÃO PRETO, PORTO ALEGRE, CURITIBA, MANAUS, RECIFE, BELO HORIZONTE E RIO DE JANEIRO O país vive uma escalada de apreensões de adolescentes em ao menos sete estados por supostas ameaças de ataques a escolas por meio de mensagens apócrifas, incitação a novos atentados.

O avanço de casos acontece após o ataque a uma creche em Blumenau (SC) que deixou quatro crianças mortas em 5 de abril. Dias antes, outro ataque em São Paulo terminou com a morte de uma professora a facadas e outras cinco pessoas feridas.

Órgãos de segurança estaduais dizem que estão em alerta e que aprofundaram o trabalho de inteligência, mas destacam que a maior parte das supostas ameaças é de alarmes falsos e têm como objetivo criar pânico na comunidade escolar. Foram consultados dez estados, que relataram ao menos 44 jovens identificados e ouvidos pela polícia.

Na Bahia, a Polícia Civil apreendeu sete adolescentes nos últimos dois dias pelo ato infracional análogo à ameaça. As mensagens partiram de estudantes de Salvador, Vitória da Conquista, Ituberá, Itarantim, Maiquinique, Iaçu e Paratinga.

O adolescente apreendido em Itarantim tinha um caderno com desenhos que remetiam ao nazismo. Em Iaçu, um jovem de 16 anos gravou mensagens ameaçadoras direcionadas a um colégio no distrito de João Amaro, zona rural da cidade de 23 mil habitantes.

Em Mato Grosso, a polícia identificou ao menos sete casos de mensagens com ameaças de ataques em Sorriso, Paranatinga, Nova Xavantina, General Carneiro, Nova Mutum, Poconé e Arenápolis.

Cinco mensagens partiram de menores, inclusive uma criança de dez anos. Levados à delegacia, crianças e jovens ouvidos disseram que as ameaças eram uma brincadeira.

Movimentação em frente a creche em Blumenau (SC) onde um homem matou quatro crianças Denner Ovidio - 5.abr.2023/Reuters

O temor por ataques fez com que até mesmo a explosão de uma bombinha de festa junina resultasse em pânico. Três adolescentes de 15, 16 e 17 anos foram apreendidos nesta terça em Cuiabá após explodirem o artefato no corredor de uma escola.

Em Goiás, foram ao menos quatro registros de ameaças. Um adolescente de 15 anos que postou imagens de ataques em escolas de outras cidades e países, o que foi visto como uma insinuação a ataques. Ele disse que a ideia era fazer uma "brincadeira de mau gosto" para assustar.

O governo do Amazonas diz ter identificado 25 adolescentes responsáveis por ameaças contra escolas nos últimos dias pelo núcleo de segurança escolar, parceria entre as secretariais de Educação e Segurança Pública.

Ameaças de ataques a unidades de ensino em Manaus teriam sido propagadas pelos adolescentes na internet, por meio de perfis falsos, e a polícia chega a classificar essas mensagens como terrorismo. Os adolescentes foram encaminhados a uma delegacia, onde foram registrados boletins de ocorrência e abertos procedimentos de investigação.

Na segunda-feira (10), um adolescente de 13 anos, aluno de uma escola de classe média alta e com administração religiosa em Manaus, agrediu com uma faca duas colegas e uma professora da unidade.

No Ceará, um adolescente de 14 anos foi apreendido nesta quarta-feira (12) no município de Farias Brito. Ele lesionou duas crianças de nove anos com um objeto cortante. As vítimas foram socorridas para uma unidade de saúde, uma delas já recebeu alta.

A Polícia Civil de Santa Catarina cumpriu mandados de busca e apreensão em Joinville (SC) nas casas de um homem de 29 anos e de um adolescente de 12 anos que seriam responsáveis pela criação de dois perfis falsos nas redes sociais para propagar ameaças de atentados em escolas.

Segundo a polícia, o homem era um ex-aluno da escola e confessou a publicação. Ele disse à polícia ter feito isso como uma brincadeira. Foi instaurado inquérito policial e uma apuração de ato infracional para investigação do crime de ameaça.

Criar ou disseminar conteúdos falsos, como ameaças a escolas, é uma contravenção penal, que pode ser punida com 15 dias a seis meses de prisão e multa.

No Rio Grande do Sul, a Polícia Civil apreendeu um adolescente de 14 anos na terça-feira (11) por suspeita de planejar um ataque a uma escola de Maquiné. Com o jovem, foram encontrados balaclavas, facas, canivetes e material de propaganda nazista.

As Secretarias Estaduais da Segurança Pública e polícias informaram que estão atuando de forma preventiva e integrada e iniciaram medidas de monitoramento de ameaças e prevenção de ataques.

Na Bahia, a Secretaria de Segurança diz que reforçou o trabalho de inteligência para monitorar as ameaças. Destacou que a maioria das ameaças identificadas eram falsas.

A Polícia Civil de Mato Grosso destacou a necessidade de cooperação das plataformas responsáveis pelas redes sociais online. Também foi debatida a não divulgação de autores, imagens, vídeos ou símbolos que os identifiquem, para evitar o "efeito contágio".

O Governo de Minas Gerais anunciou a criação de um canal de comunicação entre diretores das escolas e PM. Também foi aprovado projeto de lei que prevê treinamento de alunos e profissionais para prevenção e emergência.

Em Pernambuco, o governo anunciou a criação de um número de telefone exclusivo para emergências escolares e denúncias de possíveis atentados. Já o governo de Santa Catarina disse que investiga todas as denúncias e que, por questão de segurança, não fornece detalhes sobre os casos.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro instaurou inquérito para monitorar aplicativos e perfis em redes sociais em que o conteúdo indique possível ataque a uma unidade escolar. No último dia 30 de março, o estado anunciou a criação de um aplicativo com botão de pânico e treinamento para professores.

João Pedro Pitombo, Marcelo Toledo, Caue Fonseca, Catarina Scortecci, José Matheus Santos, Vinicius Sassine, Leonardo Augusto e Aléxia Sousa

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.